

**ANO LETIVO
2026/2027**



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR

1-NOTA INTRODUTÓRIA

“ (...) Avaliar os progressos das crianças consiste em comparar cada uma consigo própria para situar a evolução da sua aprendizagem ao longo do tempo. Refletir sobre esses progressos e o valor que atribui às experiências de aprendizagem das crianças permite ao/a educador/a tomar consciência das conceções subjacentes à sua intervenção pedagógica e o modo como estas se concretizam na ação.” (Ministério da Educação, Orientações Curriculares para a Educação Pré- Escolar).

Na educação pré-escolar (crianças a partir dos 3 anos), a avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, e implica princípios e procedimentos adequados. Neste nível, a avaliação assume uma dimensão marcadamente formativa, num processo contínuo que assenta nos seguintes princípios:

- Coerência entre os processos de avaliação e os fundamentos e princípios definidos nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar(OCEPE);
- Utilização de técnicas e de instrumentos de observação e de registo diversificados que permitam evidenciar o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança e do grupo, ao longo da frequência na educação pré-escolar, tendo em conta as áreas de conteúdo preconizadas nas OCEPE;
- Valorização dos progressos da criança.

A educação pré-escolar não envolve nem a classificação da aprendizagem da criança, nem a formulação de um juízo de valor sobre ela.

O planeamento e a avaliação são atividades educativas integradas no desenvolvimento do currículo que permitem ao educador de infância, por um lado, observar o progresso das aprendizagens das crianças e, por outro lado, adequar o processo educativo às necessidades de cada criança e do grupo.

A avaliação do progresso de cada criança, situada no contexto e processo em que se desenvolveu, utiliza abordagens descritivas ou narrativas, que documentam a evolução desse progresso e constituem o meio fundamental da avaliação. São exemplos deste tipo de avaliação a construção de portefólios ou histórias de aprendizagem, em que a criança é envolvida na seleção de trabalhos,

imagens e fotografias que fazem parte desse registo. Os comentários da criança que acompanham essa seleção também fazem parte dessa documentação, bem como anotações e registos do/a educador/a e/ou dos pais/famílias. Este tipo de instrumento permite à criança participar no planeamento e avaliação da sua aprendizagem, rever o processo e tomar consciência dos seus progressos.

Esta avaliação decorre em vários momentos, considerando-se também a participação das crianças no planeamento e avaliação. Os momentos de avaliação de final de período letivo são calendarizados no âmbito da autonomia das escolas, de acordo com o estipulado no Despacho publicado anualmente sobre o calendário escolar para a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário.

A avaliação das aprendizagens de cada criança consiste numa descrição sintética dos progressos mais significativos realizados pela criança em determinado espaço de tempo, que contempla a autoavaliação da criança e a visão dos pais/encarregados de educação.

2-FINALIDADES DA AVALIAÇÃO

De acordo com a circular nº4/ DGIDC/DSDC/2011, os objetivos/finalidades da avaliação são os seguintes:

- Contribuir para a adequação das práticas, tendo por base uma recolha sistemática de informação que permita ao educador regular a atividade educativa, tomar decisões, planear a ação;
- Refletir sobre os efeitos da ação educativa, a partir da observação de cada criança e do grupo de modo a estabelecer a progressão das aprendizagens;
- Recolher dados para monitorizar a eficácia das medidas educativas definidas para as crianças com necessidades educativas.
- Promover e acompanhar processos de aprendizagem, tendo em conta a realidade do grupo e de cada criança, favorecendo o desenvolvimento das suas competências e desempenhos, de modo a contribuir para o desenvolvimento de todas e de cada uma;
- Envolver a criança num processo de análise e de construção conjunta, que lhe permita, enquanto protagonista da sua aprendizagem, tomar consciência dos progressos e das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando;

- Conhecer a criança e o seu contexto, numa perspetiva holística, o que implica desenvolver processos de reflexão, partilha de informação e aferição entre os vários intervenientes – pais, equipa e outros profissionais – tendo em vista a adequação do processo educativo.

Também o ambiente educativo é um fator essencial do processo de avaliação. A organização do ambiente educativo, traduzido em contextos de aprendizagem, e a intencionalidade pedagógica, refletida nas situações e oportunidades educativas proporcionadas às crianças, bem como as características do seu ambiente familiar e sociocultural são elementos essenciais, a considerar no processo avaliativo.

3-OBJETO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação assume uma dimensão marcadamente formativa e é um processo contínuo. Cabe a cada educador avaliar, numa perspetiva formativa, a sua intervenção, o ambiente, os processos educativos, o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança e do grupo, tendo em conta os seguintes princípios:

- Coerência entre os processos de avaliação e os princípios de gestão do currículo definidos nas orientações curriculares para a educação pré-escolar
- Utilização de técnicas e de instrumentos de observação e de registo diversificados que lhe permitam evidenciar o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança, ao longo da frequência na educação pré escolar, tendo em conta as áreas de conteúdo preconizadas nas orientações curriculares para a educação pré-escolar;
- Valorização dos progressos da criança.
- Promoção da igualdade de oportunidades e equidade.

4-MODALIDADES DA AVALIAÇÃO

A avaliação na Educação Pré-Escolar assume uma dimensão marcadamente formativa, pois trata-se, de um processo contínuo e interpretativo, que se interessa mais pelos processos, do que pelos resultados. Procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, de modo a que vá tomando

consciência do que já conseguiu, das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando. A avaliação formativa é um processo integrado que implica o desenvolvimento de estratégias de intervenção adequadas às características de cada criança e do grupo, incide preferencialmente sobre os processos, entendidos numa perspetiva de construção progressiva das aprendizagens e de regulação da ação. Avaliar assenta na observação contínua dos progressos da criança, indispensável para a recolha de informação relevante, como forma de apoiar e sustentar a planificação e o reajustamento da ação educativa, tendo em vista a construção de novas aprendizagens. A avaliação formativa constitui-se, assim, como instrumento de apoio e de suporte da intervenção educativa, ao nível do planeamento e da tomada de decisões do educador, (Circular nº4/DGIDC/DSDC/2011).

No âmbito da avaliação formativa inclui-se a avaliação diagnóstica, no início do ano letivo, tendo em vista a caracterização do grupo e de cada criança. Com esta avaliação pretende-se conhecer o que cada criança e o grupo já sabem e são capazes de fazer, as suas necessidades e interesses e os seus contextos familiares que servirão de base para a tomada de decisões da ação educativa, no âmbito do instrumento de planeamento curricular. Porque a avaliação também é feita para partilhar com outros intervenientes no processo educativo (pais, outros profissionais), ela assume no final de cada período uma forma sumativa quando o educador, a partir da análise dos registos feitos ao longo do período, e numa grande variedade de circunstâncias, elabora uma avaliação de grupo que integra a ata de avaliação de final de período e a ficha de registo de aprendizagens.

A avaliação, enquanto processo contínuo de registo dos progressos realizados pela criança, ao longo do tempo, utiliza procedimentos de natureza descritiva e narrativa, centrados sobre o modo como a criança aprende, como processa a informação, como constrói conhecimento e resolve problemas. Os procedimentos de avaliação devem ter em consideração as características e as necessidades das crianças, assim como a articulação entre as diferentes áreas de conteúdo, no pressuposto de que a criança é o sujeito da sua própria aprendizagem. De acordo com as suas conceções e opções pedagógicas, cada educador poderá utilizar técnicas e instrumentos de observação e registo diversificados, tais como:

1. Fotografias;
2. Gravações áudio e vídeo;
3. Questionários a crianças, pais ou outros parceiros educativos;
4. Grelha de avaliação diagnóstica

5. Ficha de registo de avaliação
6. Abordagens narrativas
7. Projeto Curricular de Grupo
8. PAA
9. Observação e registo de contextos funcionais das crianças;
10. Registo de aprendizagens das crianças (observação/registo/avaliação).
11. Portefólio da criança que se vai “construindo” ao longo do ano com a sua participação;
12. Observação e registo dos trabalhos individuais e de grupo;
13. Observação e registo da participação das crianças em situações específicas de aprendizagem e em contextos diversificados;
14. Autoavaliação: registos periódicos realizados através das opiniões das crianças;

A diversidade de técnicas e instrumentos de observação e registo utilizados na recolha de informação permitem, ao educador ter uma visão holística da criança. Observando-a sob vários ângulos de modo a acompanhar a evolução das suas aprendizagens, ao mesmo tempo que vai fornecendo elementos concretos para a reflexão e adequação da sua intervenção educativa.

Considerando que a avaliação é realizada em contexto, qualquer momento de interação, qualquer tarefa realizada pode permitir ao educador a recolha de informação sobre a criança e o grupo.

5-INTERVENIENTES

A avaliação é da responsabilidade do educador titular do grupo. Segundo as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar, de 19 de julho de 2016, reforçadas pela Brochura Planear e Avaliar, de novembro de 2021, compete ao educador titular de grupo, definir uma metodologia de avaliação de acordo com Departamento da Educação Pré-Escolar as suas conceções e opções pedagógicas, capaz de integrar de forma articulada os conteúdos do currículo e os procedimentos e estratégias de avaliação a adotar. No processo de avaliação, para além do educador, intervêm:

- ✓ As crianças – a avaliação realizada com as crianças é uma atividade educativa que as implica na sua própria aprendizagem;

- ✓ A equipa - com responsabilidades na educação da criança (docentes e outros técnicos), Mediadores de Caso da Intervenção Precoce, Técnicos Especializados (Terapeutas da Fala, Psicólogos, Técnicos de Psicomotricidade, Técnicos de Serviço Social...).
- ✓ Os encarregados de educação – troca de opiniões com a família permitem um melhor conhecimento da criança;
- ✓ O Departamento Curricular da Educação Pré-Escolar – a partilha de informação entre educadoras, promove a qualidade da resposta educativa;
- ✓ O Órgão de Gestão – deve considerar a avaliação realizada pelo Departamento Pré-Escolar na tomada de decisão e orientação, bem como na mobilização e coordenação de recursos educativos.
- ✓ Recursos educativos existentes.
- ✓ A pedagogia de trabalho de cada educador será, sem dúvida, o grande orientador da prática pedagógica, no sentido de apoiar o desenvolvimento e a promoção de aprendizagens das crianças, de uma forma adequada, coerente e sem contradições.

6-DIMENSÕES A AVALIAR

A avaliação, enquanto processo contínuo de registo dos progressos realizados pela criança, ao longo do tempo, utiliza procedimentos de natureza descritiva e narrativa, centrados sobre o modo como a criança aprende, como processa a informação, como constrói conhecimento ou resolve problemas. Os procedimentos de avaliação devem ter em consideração a idade e as características de desenvolvimento das crianças, assim como a articulação entre as diferentes áreas de conteúdo, no pressuposto de que a criança é sujeito da sua própria aprendizagem. Deste modo, podem considerar-se como dimensões fundamentais para avaliar o progresso das aprendizagens das crianças as seguintes:

- a) As áreas de conteúdo (OCEPE);
- b) Os domínios previstos nos objetivos desejáveis e esperáveis;
- c) Outras dimensões específicas estabelecidas no projeto educativo e/ou projeto curricular de grupo e no PEI.

À medida que o processo se desenvolve, o projeto curricular de grupo vai sendo revisto e ajustado, através de ciclos sucessivos de planeamento, ação e avaliação, que se vão alargando e aprofundando, ao longo do ano. Assim, o/a educador/a prevê em cada dia a sua ação do dia seguinte, sendo que, a partir do que observa, regista e documenta sobre o desenvolvimento do processo e das aprendizagens das crianças, recolhe elementos para avaliar e refletir, numa base semanal ou mensal. Esta reflexão, sobre a pertinência e sentido das oportunidades educativas proporcionadas, permite perceber se contribuíram para a aprendizagem de todas e de cada uma das crianças.

7-CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Síntese das OCEPE – MATRIZ CURRICULAR

ÁREA DA FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	Construção da identidade e da autoestima Independência e autonomia Consciência de si como aprendiz Convivência democrática e cidadania	
ÁREA DA EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	Domínio da educação física	Deslocações e equilíbrios Perícias e manipulações Jogos
	Domínio da educação Artística	Artes visuais Jogo dramático/Teatro Música Dança
	Domínio da matemática	Números e operações Organização e tratamento de dados Geometria e Medida Interesse e curiosidade pela matemática
	Domínio da linguagem oral e abordagem à escrita	Comunicação Oral Consciência Linguística Abordagem à Escrita Funcionalidade da língua escrita e sua utilização em contexto Identificação de convenções da escrita Prazer e motivação para ler e escrever
ÁREA DE CONHECIMENTO DO MUNDO	Introdução à metodologia científica Abordagem às ciências Conhecimento do mundo social Conhecimento do mundo físico e natural Mundo tecnológico e utilização das tecnologias	

8-COMPETÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NAS DIFERENTES ÁREAS DE CONTEÚDO

Construção da identidade e da autoestima:

- Conhecer e aceitar as suas características pessoais e a sua identidade social e cultural, situando-as em relação às de outros.
- Reconhecer e valorizar laços de pertença social e cultural.

Independência e autonomia:

- Saber cuidar de si e responsabilizar-se pela sua segurança e bem-estar.
- Ir adquirindo a capacidade de fazer escolhas, tomar decisões e assumir responsabilidades, tendo em conta o seu bem-estar e o dos
- outros.

Consciência de si como aprendiz:

- Ser capaz de ensaiar diferentes estratégias para resolver as dificuldades e problemas que se lhe colocam.
- Ser capaz de participar nas decisões sobre o seu processo de aprendizagem.
- Cooperar com outros no processo de aprendizagem.

Convivência democrática e cidadania:

- Desenvolver o respeito pelo outro e pelas suas opiniões, numa atitude de partilha e de responsabilidade social.
- Respeitar a diversidade e solidarizar-se com os outros.
- Desenvolver uma atitude crítica e interventiva relativamente ao que se passa no mundo que a rodeia.
- Conhecer e valorizar manifestações do património natural e cultural, reconhecendo a necessidade de preservação.

ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO

Domínio da educação física

- Cooperar em situações de jogo, seguindo orientações ou regras.
- Dominar movimentos que implicam deslocamentos e equilíbrios como: trepar, correr, saltitar, deslizar, rodopiar, saltar a pés juntos ou num só pé, saltar sobre obstáculos, baloiçar, rastejar e rolar.
- Controlar movimentos de perícia e manipulação como: lançar, receber, pontapear, lançar em precisão, transportar, driblar e agarrar.

Domínio da expressão artística:

Artes visuais:

- Desenvolver capacidades expressivas e criativas através de explorações e produções plásticas.
- Reconhecer e mobilizar elementos da comunicação visual, tanto na produção e apreciação das suas produções, como em imagens que observa.
- Apreciar diferentes manifestações de artes visuais, a partir da observação de várias modalidades expressivas (pintura, desenho, escultura, fotografia, arquitetura, vídeo, etc.), expressando a sua opinião e leitura crítica.

Jogo dramático/teatro:

- Utilizar e recriar o espaço e os objetos, atribuindo-lhes significados múltiplos em atividades de jogo dramático, situações imaginárias e de recriação de experiências do quotidiano, individualmente e com outros.
- Inventar e representar personagens e situações, por iniciativa própria e/ou a partir de diferentes propostas, diversificando as formas de concretização.

- Apreciar diferentes manifestações de arte dramática, a partir da observação de várias modalidades teatrais, ao vivo ou em suporte digital, verbalizando a sua opinião e leitura crítica.

Música:

- Identificar e descrever os sons que ouve (fenómenos sonoros/música) quanto às suas características rítmicas, melódicas, dinâmicas, tímbricas e formais.
- Interpretar com intencionalidade expressiva-musical: cantos rítmicos (com ou sem palavras), jogos prosódicos (trava-línguas, provérbios, lengalengas, adivinhas, etc.) e canções (de diferentes tonalidades, modos, métricas, formas, géneros e estilos).
- Elaborar improvisações musicais tendo em conta diferentes estímulos e intenções utilizando diversos recursos sonoros (voz, timbres corporais, instrumentos convencionais e não-convencionais).
- Valorizar a música como fator de identidade social e cultural.

Dança:

- Desenvolver o sentido rítmico e de relação do corpo com o espaço e com os outros.
- Expressar, através da dança, sentimentos e emoções em diferentes situações.
- Refletir sobre os movimentos rítmicos e as coreografias que experimenta e/ou observa.
- Apreciar diferentes manifestações coreográficas usando linguagem específica e adequada.

DOMÍNIO DA LINGUAGEM ORAL E ABORDAGEM À ESCRITA

Comunicação oral:

- Compreender mensagens orais em situações diversas de comunicação.
- Usar a linguagem oral em contexto, conseguindo comunicar eficazmente de modo adequado à situação (produção e funcionalidade).

Consciência linguística:

- Tomar consciência gradual sobre diferentes segmentos orais que constituem as palavras (Consciência Fonológica).
- Identificar diferentes palavras numa frase (Consciência da Palavra).
- Identificar se uma frase está correta ou incorreta e eventualmente corrigi-la, explicitando as razões dessa correção (Consciência Sintática).

FUNCIONALIDADE DA LINGUAGEM ESCRITA E SUA UTILIZAÇÃO EM CONTEXTO:

- Identificar funções no uso da leitura e da escrita.
- Usar a leitura e a escrita com diferentes funcionalidades nas atividades, rotinas e interações com outros.

Identificação de algumas convenções da escrita:

- Reconhecer letras e aperceber-se da sua organização em palavras.
- Aperceber-se do sentido direcional da escrita.
- Estabelecer relação entre a escrita e a mensagem oral.

Prazer e motivação para ler e escrever:

- Compreender que a leitura e a escrita são atividades que proporcionam prazer e satisfação.
- Estabelecer razões pessoais para se envolver com a leitura e a escrita associadas ao seu valor e importância.
- Sentir-se competente e capaz de usar a leitura e a escrita, mesmo que em formas muito iniciais e não convencionais.

DOMÍNIO DA MATEMÁTICA

Números e operações:

- Identificar quantidades através de diferentes formas de representação (contagens, desenhos, símbolos, escrita de números, estimativas).
- Resolver problemas do quotidiano, que envolvam pequenas quantidades, com recurso à adição e subtração.

Organização e tratamento de dados:

- Recolher informação pertinente para dar resposta a questões colocadas, recorrendo a metodologias adequadas (listagens, desenhos, etc.).
- Utilizar gráficos e tabelas simples para organizar a informação recolhida e interpretá-los de modo a dar resposta às questões colocadas.

9-INFORMAÇÃO PARTILHADA/ INTERVENIENTES/ MOMENTOS

O atendimento individual aos Pais/ Encarregados de Educação pode ser feito semanalmente, em horário estabelecido pelo docente para efeito. No fim de cada período letivo é entregue aos encarregados de educação, de forma presencial, uma avaliação de progresso, de tipo qualitativo, relativo às aprendizagens realizadas pelas crianças através de uma ficha de avaliação/reflexão.

10-TRANSIÇÃO PARA O ENSINO BÁSICO

Um vasto número de estabelecimentos de educação pré-escolar e de escolas do 1.º ciclo do ensino básico funcionam no mesmo agrupamento de escolas, ainda que em áreas delimitadas. As regulamentações de nível superior preveem a articulação entre os educadores de infância e os professores do 1.º ciclo do ensino básico, como demonstra o Despacho n.º 8356/2022, de 25 de julho, que aprova os calendários para o ano letivo de 2026/2027. Este Despacho refere que, na

programação das reuniões de avaliação, os diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas devem assegurar a articulação entre os educadores de infância e os professores do 1.º ciclo do ensino básico, de modo a garantir o acompanhamento pedagógico das crianças no seu percurso entre estes níveis de ensino.

As Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE) abordam a continuidade educativa e transições, indicando algumas estratégias facilitadoras das transições verticais (JI/Escola), que requerem o envolvimento das famílias, das crianças, dos educadores, dos professores do 1.º ciclo e dos estabelecimentos.

Existem várias formas de promover esta articulação:

- (1) Protocolos de cooperação entre a educação pré-escolar e a escola do 1.º ciclo do ensino básico;
- (2) Partilha de informação com a escola do 1.º ciclo do ensino básico sobre a aprendizagem e o desenvolvimento da criança;
- (3) Desenvolvimento de projetos comuns entre o jardim-de-infância e a escola do 1º ciclo do ensino básico;
- (4) Visitas formais de crianças dos jardins-de-infância às escolas do 1º ciclo do ensino básico;
- (5) Organização de reuniões com pais sobre o seu papel no processo de transição.

A estrutura das áreas de conteúdo, os domínios e subdomínios das OCEPE estão alinhados com as componentes do currículo do 1.º ciclo do ensino básico e com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, o que facilita a articulação curricular entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico.

O processo individual que acompanha a criança ao longo de todo o percurso escolar, contém a informação global das aprendizagens significativas, realçando a sua evolução e os progressos realizados.

11-CONCLUSÃO:

Este documento pretende clarificar e uniformizar os procedimentos, práticas organizativas e pedagógicas relativamente aos processos avaliativos na Educação Pré-Escolar, neste Agrupamento.

A definição de critérios de avaliação procura ser uma referência e uma orientação para os educadores, sem pôr em causa o respeito pelos valores de uma pedagogia diferenciada. Neste

contexto, estes processos devem centrar-se na criança e na sua evolução e, a referência comparativa, deve ser sempre a própria criança, em diferentes momentos de aprendizagem.

Tendo como principal função a melhoria da qualidade das aprendizagens, o processo avaliativo implica, no quadro da relação entre o jardim-de-infância, família e escola, uma construção partilhada que passa pelo diálogo, pela comunicação e pelos resultados, tendo em vista a criação de contextos facilitadores de um percurso educativo e formativo de sucesso.